

Exmo. Presidente do Conselho de

Administração (...)

C/C Ao Conselho Coordenador de Avaliação

Ou

Exmo(a). Senhor(a)

Diretor(a) Executivo(a)

do Agrupamento de Centros de Saúde (...)

C/C Ao Conselho Coordenador de Avaliação

**Assunto:** Avaliação de Desempenho – Aplicação do regime de aceleração de desenvolvimento das carreiras – Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto

**(Nome completo)**, médico(a), [categoria profissional], de [especialidade], a desempenhar funções no (...), titular da cédula profissional n.º (...), vem, pela presente, comunicar e requerer a V. Exas o seguinte:

O/A Requerente encontra-se abrangido pelo Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, que estabelece o regime especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público, porquanto detém o seu vínculo contratual desde [data em que celebrou contrato].

De referir que o/a Requerente encontra-se sujeito à alteração obrigatória de posicionamento remuneratório em razão dos pontos acumulados nas avaliações do desempenho, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública, assim como à luz do preceituado no Acordo Coletivo, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, e outros, e a Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 48, de 29 de dezembro de 2011.

Por conseguinte, o/a Requerente é também detentor **de mais de 18 anos de exercício de funções integradas na carreira médica**, tendo sido abrangido/a pelos períodos compreendidos **entre 30 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007 e 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017**.

A última alteração de posicionamento remuneratório ocorreu a [data], mantendo-se desde a referida data na categoria de [Assistente, Assistente Graduado e Assistente Graduado Sénior], nível [TRU], pelo que terá que transitar, dentro da mesma categoria, para o nível [TRU], mantendo-se, nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, o remanescente de [X] pontos para efeitos de avaliação futura.

Pelo exposto, o/a aqui Requerente reúne, cumulativamente, os pressupostos previstos no artigo 2.º do Decreto-Lei supra citado, pelo que lhe é devida a aplicação do referido diploma legal.

Termos em que se requer a V.Exa., se digne, a proceder à modificação do posicionamento remuneratório do/a Requerente, em virtude da acumulação dos seis pontos necessários para a transição ao escalão subsequente dentro da sua categoria profissional.

[Local e Data],

**Pede Deferimento**

**O/A Requerente**